

## CULTURA E IDENTIDADE CULTURAL... CONCEITOS REACIONÁRIOS?<sup>1</sup>

Adélia Zimbrão<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca refletir sobre a perspectiva de Félix Guattari e Suely Rolnik de que “cultura” e “identidade cultural” são conceitos reacionários. Por que esses autores consideram tão problemática a “cultura” (noção relacionada à arte, a bens artísticos, aos modos de vida, valores e costumes e a um certo conhecimento)? Por que cultura seria uma “palavra-cilada”? Uma “noção-anteparo”, cuja função seria nos impedir de pensar a realidade dos processos de criação, de singularização?

**Palavras-chave:** Cultura; Identidade Cultural; Padronização; Subjetivação.

Em *A Subjetivação Subversiva*, Guattari (1990), faz a seguinte observação: “todas as antigas estruturas sociais e subjetivas estão sendo destruídas, e estão sendo injetadas representações mentais, afetos e ideais de *status* importados dos países desenvolvidos” (1990:60.). Pode-se entender que Guattari está falando de uma espécie de “dominação cultural” e que esse processo não se dá sem que haja diferentes níveis de resistência a essa padronização e ao que ele chamou de “processos de laminação” (1990:60).

Embates e controvérsias relativos à “dominação cultural” e à “preservação de valores e costumes culturais” de povos e comunidades espalhados pelo globo terrestre têm sido combustíveis tanto no campo político de disputas simbólicas e em conflitos armados, quanto para reflexões e produções teóricas fundamentadas em perspectivas universalistas e em abordagens relativistas-multiculturalistas. Nesse sentido, a questão que se coloca para problematização é: se as identidades culturais podem ser lidas/entendidas teórica e politicamente como uma estratégia de resistência aos processos de modelização pela “subjetividade capitalista” da mídia de massa, da dita “cultura de massa”, por que Guattari e Rolnik (2000) consideram tão problemática a “cultura” (noção como usualmente a conhecemos: relacionada à arte, a bens artísticos, aos modos de vida, valores e costumes e a um certo conhecimento)? Guattari e Rolnik (2000), num processo reflexivo,

---

1 Este texto é uma versão alterada de um trabalho produzido para uma disciplina do curso de doutorado em Psicologia Social.

2 Adélia Cristina Zimbrão da Silva é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em exercício na Fundação Casa de Rui Barbosa. Doutoranda em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – contato: [adelia.zimbrao@rb.gov.br](mailto:adelia.zimbrao@rb.gov.br).

interrogam e afirmam se tratar de um conceito reacionário, “profundamente reacionário” (2000:15). Se nos ativermos ao sentido literal dessa adjetivação, é isso mesmo... trata-se de uma reação. Então, por que, na perspectiva dos autores, cultura seria uma “palavra-cilada” (2000:17)? Uma “noção-anteparo” (2000:17), cuja função, conforme os autores, seria nos impedir de pensar a realidade dos processos de criação, de singularização?

Para entender como Guattari e Rolnik (2000) esmiúçam e alinham essas questões, cabe explicar como esses teóricos vêem o conceito de cultura e as conexões que fazem com os “modos de produção *capitalísticos*”. Capitalístico e não “apenas” capitalista é a proposta/reflexão de Guattari, que faz uma derivação do conceito marxista, para abranger as outras sociedades, que supostamente não estariam dentro da demarcação tida como capitalista, como as de economia denominada socialista, as do “Terceiro Mundo” ou do “capitalismo periférico”, uma vez que tais sociedades, do ponto de vista do modo de produção da subjetividade, não se diferenciariam (Guattari e Rolnik, 2000). E essa é a questão fulcral para Guattari, os modos de subjetivação, a produção de subjetividades. No seu entender, não se trata de localizar/pensar o sujeito como tendo uma essência, uma “suposta natureza humana” (Guattari e Rolnik, 2000:25), tal como faz toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas. Mas, numa linha diversa, Guattari trabalha com a “idéia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (Guattari e Rolnik, 2000:25). Nesse sentido, conforme esses autores, as máquinas de produção de subjetividade são diversas. Ainda de acordo com eles, a subjetividade, em sistemas ditos tradicionais, é confeccionada por máquinas territorializadas, “na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, de uma casta. Já no sistema capitalístico, a produção é industrial e se dá em escala internacional” (Guattari e Rolnik, 2000:25).

No que se refere à cultura, ela operaria, segundo Guattari e Rolnik (2000), para segregar atividades semióticas em esferas, de forma a isolá-las. Desse modo, separadas, as atividades semióticas - explicadas pelos autores como atividades de orientação no mundo social e cósmico, isto é, de produção de sentido - seriam padronizadas. Além disso, elas seriam “instituídas (potencial ou realmente) e capitalizadas para o modo de semiotização dominante – ou seja, simplesmente cortadas de suas realidades políticas” (Guattari e Rolnik, 2000:15). No entanto, na perspectiva deles, os universos semióticos - em sua dinâmica real - não existiriam como universos apartados de seus contextos. Por isso, para os autores, “a cultura enquanto esfera autônoma só existe a nível dos

mercados de poder, dos mercados econômicos, e não a nível da produção, da criação e do consumo real” (Guattari e Rolnik, 2000:15).

E o que seriam os já mencionados modos de produção capitalísticos? Sua principal característica, de acordo com Guattari e Rolnik (2000), seria a de que esses modos de produção não funcionariam exclusivamente no registro dos valores de troca, entendidos como “valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento” (2000:16). Os modos de produção capitalísticos operariam também através de um modo de controle da subjetivação, que Guattari chamou de “cultura de equivalência” ou de “sistemas de equivalência na esfera da cultura” (2000:16). Nesse sentido, de acordo com esses autores, enquanto conceito de equivalência, o capital funciona de forma complementar à cultura, isto é, “o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva” (2000:16). Conforme Guattari e Rolnik afirmam, não estão se referindo somente à publicidade para a produção e consumo de bens, quando falam em sujeição subjetiva. “*É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está na tomada de poder da subjetividade*” (Guattari e Rolnik, 2000:16). Assim, estariam em disputa os processos de subjetivação e a cultura seria artefato estratégico nesse embate.

Então, cultura como uma “palavra-cilada”... como uma “noção-anteparo” (Guattari e Rolnik, 2000), que supostamente impediria de pensar a realidade dos processos de singularização, na perspectiva de Guattari e Rolnik (2000), tem três sentidos usuais: cultura-valor, cultura-alma coletiva e cultura-mercadoria. Conforme os autores, a Cultura-valor teria substituído outros sistemas de segregação social, pois seu sentido está relacionado a julgamentos de valor, a qualificar a cultura, a hierarquizar práticas culturais. Desse modo, essa noção permitiria estabelecer a diferença entre quem tem cultura e quem não tem ou determinar se o indivíduo pertence a um meio culto ou inculto. Também, por ser o sentido mais antigo dos três, essa noção está relacionada à idéia de “cultivar o espírito”.

A Cultura-alma coletiva – considerado pelos autores como sinônimo de civilização – parte da idéia de que todas as pessoas, grupos e povos têm cultura e identidade cultural. Por isso, seu sentido contemplaria o conjunto de crenças, costumes, comportamentos e hábitos que constituem o modo de agir e pensar de uma sociedade. Segundo os autores, seria uma noção pseudocientífica, com função segregativa de apreciação etnocêntrica, elaborada no processo de desenvolvimento da Antropologia, que resultou, posteriormente, numa “espécie de policentrismo cultural”, numa

“espécie de multiplicação do etnocentrismo” (Guattari e Rolnik, 2000:18), terminando numa situação em se separa aquilo que Guattari chama de atividades de semiotização, em uma esfera que passa a ser designada como a da cultura (Guattari e Rolnik, 2000). Nesse sentido, a cada alma coletiva (os povos, as etnias, os grupos sociais) será conferida uma cultura, porém, essas coletividades não vivem essas atividades como domínio separado, como quer a Antropologia categorizar. Nessa acepção, cabe falar de cultura negra, cultura *underground*, cultura técnica etc., sempre fazendo referência aos traços culturais que possibilitam a identificação e a caracterização dos indivíduos que constituem esses povos, etnias grupos sociais.

A Cultura-mercadoria corresponde à “cultura de massa” e é aquela que pode ser consumida e comercializada, pois está transformada em bens (equipamentos, especialistas e técnicos, conteúdos teóricos e ideológicos de produtos, objetos como filmes, livros etc.), que estão à disposição das pessoas que querem e podem comprá-los. Cultura nesse sentido é produzir e difundir mercadorias culturais, sem levar em consideração os sistemas de valor distintivos existentes na noção *cultura-valor* e sem se preocupar também com aquilo que Guattari chamaria de níveis territoriais da cultura, na *cultura-alma coletiva* (Guattari e Rolnik, 2000). Assim, de acordo com os autores, não se trata de uma cultura a priori, porém de uma cultura que se produz, se reproduz e se modifica constantemente.

Entre os três tipos de núcleos semânticos - cultura-valor, cultura-alma coletiva e cultura-mercadoria – há uma complementaridade, e, além disso, esses três sentidos operam ao mesmo tempo no cotidiano de todos (Guattari e Rolnik, 2000). Esse funcionamento simultâneo pode ser percebido pela existência de critérios segregativos, sejam eles para marcar diferenças entre as pessoas de forma valorativa, hierarquizando, quem tem e quem não tem “cultura” e/ou “conhecimento”; sejam eles com significado identitário que aproxima ou afasta sujeitos/pessoas de algum grupo específico, sejam eles no que tange à capacidade de consumir bens culturais. Entretanto, a “cultura-mercadoria” ou “cultura de massa” se alimenta de elementos da “cultura-valor” e da “cultura-alma coletiva”. Esse processo de extração enfraqueceria os sentidos e despotencializaria as forças das duas últimas acepções (Guattari e Rolnik, 2000).

Assim, a cultura de massa, para Guattari e Rolnik (2000), é elemento fundamental da produção de subjetividade capitalista. Por que os autores afirmam isso? A explicação estaria, de acordo com esses pensadores, no entendimento de que a “cultura de massa produz, exatamente,

indivíduos” (Guattari e Rolnik, 2000:16). O produto “indivíduos” vem com as seguintes características: são normalizados, articulados uns aos outros conforme sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão. No entanto, não se trata de sistemas de submissão visíveis e explícitos, à semelhança das sociedades arcaicas ou pré-capitalistas, mas sim de “sistemas de submissão muito mais dissimulados” (Guattari e Rolnik, 2000:16). O modo de funcionamento não passa pela internalização, interiorização desses sistemas, pois dessa forma significaria uma idéia de subjetividade como algo a ser preenchido, ou seja, tendo uma estrutura anterior (Guattari e Rolnik, 2000). Ao invés disso, “o que há é simplesmente uma produção de subjetividade” (Guattari e Rolnik, 2000:16).

E nesse sentido, para esses autores, não se trata unicamente de uma produção da subjetividade dos indivíduos (“individuada”). Mais que isso, trata-se de máquina de produção de subjetividade (“grande máquina capitalística”) e dessa forma (fôrma?) tem-se “uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo” (2000:16). E, como enfatizam os autores, “mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente” (2000:16). Assim, para Guattari, a “grande fábrica” produz até mesmo o que acontece com as pessoas quando sonham, quando fantasiam e também quando se apaixonam. Essa indústria ambiciona garantir uma função hegemônica em todos esses campos (Guattari e Rolnik, 2000).

Todavia, com que noção de subjetividade Guattari está construindo sua configuração teórica? Guattari vai fazer conexões entre o modo de subjetivação capitalístico e o processo da individuação subjetiva. No entanto, o autor, assinala que é oportuno “dissociar radicalmente” os conceitos de indivíduo e de subjetividade, uma vez que os indivíduos são o resultado de uma produção de massa, por isso, serializados, registrados e modelados. Já a subjetividade não se reduz ao indivíduo, ou seja, como afirma o autor, não é suscetível de totalização ou de centralização no indivíduo, posto que “uma coisa é a individuação do corpo” e “outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social” (Guattari e Rolnik, 2000:31). Nesse sentido, a subjetividade é produzida por agenciamentos coletivos de enunciação, ou seja, os processos de subjetivação, de semiotização (de produção de sentido) não são centrados em agentes individuais e nem em agentes grupais, mas se dão em processos que implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser de natureza

extrapessoal, extra-individual como também de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (Guattari e Rolnik, 2000). Assim, conforme Guattari, a definição transitória mais abrangente da subjetividade seria “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial autorreferencial, em adjacência ou em relação de delimitação com a alteridade ela mesma subjetiva” (2012:19).

A máquina de produção de subjetividade (grande fábrica, grande máquina capitalística) busca garantir uma função hegemônica de modo a reduzir e até mesmo eliminar os espaços, os modos de subjetivação singulares. Para tanto, conforme os autores, uma cultura com “vocação universal”   gerada pela produ o dos meios de comunica o de massa e pela produ o da subjetividade capitalística. E ainda, essa cultura com voca o universal, para Guattari e Rolnik,   “uma dimensão essencial na confec o da força coletiva de trabalho”, e na confec o daquilo que ele chama de “força coletiva de controle social”. (2000:19). Nesse sentido, a cultura operaria, de forma dissimulada, para a homogeneiza o universalizante e reducionista da subjetividade. Assim, ao ver dos autores, a cultura não seria somente uma “transmissão de informa o cultural”, “uma transmissão de sistemas de modeliza o”, mas seria mesmo uma forma de as “elites capital sticas” exibirem o que Guattari e Rolnik chamaram de “um mercado geral de poder” (2000:20). Assim sendo, a cultura funcionaria produzindo e legitimando sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão.

Entretanto, a referida “cultura com voca o universal”, conforme Guattari e Rolnik (2000), está inteiramente aparelhada/organizada para admitir territórios subjetivos, que resistem *relativamente* a essa cultura geral. Nesse sentido, conforme os autores,   necessário tolerar margens, setores de cultura minoritária, que “escapariam”   orienta o do Capitalismo Mundial Integrado. Contudo, essa atitude seria uma estratégia, bem calculada, pois, na análise dos autores, essa produ o capitalística, nas últimas décadas, empenhou-se, ela mesma, em “produzir suas margens, e de algum modo equipou novos territórios subjetivos: os indivíduos, as famílias, os grupos sociais, as minorias, etc.” (2000:19). Esse artifício resultou de tal forma em organiza es como Ministérios da Cultura, com atribui es de desenvolver “uma perspectiva modernista na qual se propõem a incrementar, de maneira aparentemente democrática, uma produ o de cultura que lhes permita estar em sociedades industriais desenvolvidas” (2000:19). Além disso, essas organiza es operam a estratégia de encorajar formas de cultura particularizadas, para que as pessoas se sintam de algum

modo numa espécie de território e não fiquem perdidas num mundo abstrato (Guattari e Rolnik, 2000). A dinâmica capitalística produz subjetividades desterritorializadas e reterritorializadas pela “cultura com vocação universal”.

A cultura, portanto, no sentido exposto por Guattari, com base na interpretação de Menezes, transforma-se em algo que “suprime o pensamento”, reduz as possibilidades de vida, bem como de ruptura com um sistema que “produz apenas ‘mesmidades’”, funcionando, desse modo, a favor da manutenção/reprodução do contexto existente, ou seja, do sistema capitalístico. Ainda conforme Menezes, essas “mesmidades”, “em sua estrutura sutil, disfarçam-se de diferenças por meio do recurso das chamadas ‘identidades culturais’”. Desse modo, os territórios subjetivos marginais – “tolerados” - são fígados - quando não são produtos eles próprios - pela estratégia de produção de uma “diferença”, de produção das “identidades culturais”, que dão a eles chão, norte, e até “significado” às suas existências.

Seria por essa leitura - como recurso das mesmidades disfarçada de diferença - que a identidade cultural, para Guattari e Rolnik (2000:69), é entendida como uma cilada? O sociólogo Juca Ferreira se mostrou incomodado com a crítica de Guattari ao conceito de identidade cultural, “como um conceito a ser desprezado” e o interrogou a respeito disso, por considerar a questão da cultura como fundamental para movimentos de resistência e de valorização de minorias culturais<sup>3</sup>. Guattari (2000) então expõe que, a seu ver, a cada vez que usamos *os conceitos de cultura e de identidade cultural*, difundimos, sem perceber, “modos de representação da subjetividade que a reificam e com isso não nos permitem dar conta de seu caráter composto, elaborado, fabricado, da mesma forma que qualquer mercadoria no campo dos mercados capitalísticos” (Guattari e Rolnik, 2000:69). Por isso, os conceitos de cultura e de identidade cultural seriam reacionários e armadilhas de modelização.

Esses conceitos agiriam de modo a separar atividades semióticas em esferas, e desse modo, funcionaria a produção de subjetividade capitalística, subjetividade padronizada por meio de uma comunicação que suprime, ao máximo, as composições enunciativas trans-semióticas. Isso significa, ao ver dos autores, “o desaparecimento progressivo da polissemia, da prosódia, do gesto, da mímica, da postura, em proveito de uma língua rigorosamente assujeitada às máquinas

---

<sup>3</sup> Esse fato se deu em uma entrevista de Guattari a João Luiz S. Ferreira, para a Fundação Cultural Bahia, Salvador, 13 de setembro de 1982 (Guattari e Rolnik, 2000:69), na qual Juca Ferreira (agora novamente Ministro da Cultura) colocou a questão da identidade cultural como essencial no contexto da Bahia.

escriturais e seus avatares *mass-mediáticos*” (Guattari e Rolnik, 2012:119). Mas, conforme Guattari e Rolnik (2000), em seu funcionamento real, os universos semióticos não existem como universos separados. Isso quer dizer, segundo os autores, que as pessoas não separam suas formas de semiotização em esferas de criação, do tipo esfera do teatro, da música, da dança, da representação plástica, das atividades econômicas, das atividades religiosas, etc. e que as atividades de expressão dessas pessoas ocorrem de diferentes modos. “Tudo isso constitui, indissociavelmente, sua produção de subjetividade” (Guattari e Rolnik, 2000:71).

Na análise de Guattari essa questão - dos diversos modos de semiotização em contraposição a referências, “representações axiológicas particularizadas”, “setorização dos modos de valorização” - é essencial, pois é um ponto fundamental de divergência e crítica ao modelo explicativo da psique psicanalítica, que reduziria tudo à primazia do Significante, estruturada na e pela linguagem, estaria de alguma forma amarrada a representações que despotencializam e reduzem os modos de subjetivação e existência. Já, para Guattari, “a psique, em essência, é a resultante de componentes múltiplos e heterogêneos” (2012:175). Nesse sentido, conforme o autor, a psique envolve não só o registro da fala, como também “meios de comunicação não verbais, relações com o espaço arquitetônico, comportamentos etológicos, estatutos econômicos, relações sociais de todos os níveis e, ainda mais fundamentalmente, aspirações éticas e estéticas” (Guattari, 2012:175).

Para Guattari e Rolnik (2000), a noção de identidade cultural, que implica o par identidade/alteridade, pode ser entendida como uma concepção de uma entidade reificada. Como esses conceitos coisificam e desse modo congelam as posições de cada indivíduo, produzindo apenas subjetividade serializada<sup>4</sup>, esses autores, então, propõem uma mudança de perspectiva, que se refere a analisar em termos de produção de subjetividade. Nesse sentido, acreditam, os autores, ser mais apropriado falar de um *agenciamento de processos de expressão*, em vez de reificar uma noção como a da cultura de um grupo social.

Guattari e Rolnik (2000), ao analisar, no plano molar, os processos de expressão tidos como de grupo sociais de minorias culturais, reconhecem que são, de fato, antagônicos em relação às produções de subjetividade capitalística, porém, na perspectiva desses autores, a reificação da noção

---

4 Refere-se à noção de “serialidade” atribuída por Jean-Paul Sartre, conforme Guattari (2012), como “o caráter repetitivo e vazio de um estilo de existência concernente a um funcionamento de grupo ‘prático-inerte’” (2012:163).

de identidade cultural não nos permite perceber que, ao nível molecular, esses processos são totalmente indistintos em relação a outras produções semióticas. Produções estas que podem se dar na África, como também geradas de punks ou de grupos de rock da periferia de Paris ou de qualquer lugar do mundo (Guattari e Rolnik, 2000).

Como apontam Guattari e Rolnik, por um lado, esses processos de singularização podem ser aprisionados por relações de força que lhes dão essa figura de identidade. Porém, frisam os autores, “nunca esquecendo que se trata de um conceito de alguma forma profundamente reacionário, mesmo quando manejado por movimentos progressistas” (2000:70). Como podem, por outro, esses mesmos processos, funcionar, simultaneamente, no registro molecular, fugindo completamente a essa lógica “identitária” (Guattari e Rolnik, 2000).

Assim, como escapar de toda essa produção modelizada, padronizada? A aposta de Guattari e Rolnik é na possibilidade de desenvolver processos de singularização, que passam pela rejeição de todos os “modos de encodificação” preestabelecidos, assim como pela recusa de todos os “modos de manipulação e de telecomando”. Processos de singularização que sejam capazes de inventar novas maneiras de viver o mundo e as relações sociais. Nesse sentido, a recusa é base para “construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular” (Guattari e Rolnik, 2000:17). Como a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social, mas assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares, esses processos seriam possíveis pelo modo como os indivíduos vivem essa subjetividade: por um lado, “uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe”, e por outro, “uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo de singularização” (Guattari e Rolnik, 2000:33).

Há então da parte de Guattari uma aposta no que ele procura marcar como um paradigma protoestético, que se refere a “uma dimensão de criação em estado nascente, perpetuamente acima de si mesma, potência de emergência subsumindo permanentemente a contingência e as vicissitudes de passagem a ser dos universos materiais”, que, por essa potencialidade, produz “subjetividade polissêmica, animista, transindividual” (2012:116-117). Essa aposta tem conexão com a leitura que o autor faz acerca da “potência estética de sentir” e da posição privilegiada dessa potência em relação às potências de pensar filosoficamente, de conhecer cientificamente, de agir politicamente,

no que ele denomina de “Agenciamentos coletivos de enunciação de nossa época”<sup>5</sup> (2012:116). Esse tipo de agenciamento, ao contrário de deixar à margem o paradigma estético, atribui-lhe uma posição estratégica, de transversalidade em relação aos outros universos de valor, cujos focos de criação e de consistência autopoietica ele só faz intensificar (Guattari, 2012). Assim, segundo Guattari (2012), a “estetização” geral, e mesmo relativa, dos diversos Universos de valor levaria a um reencantamento das modalidades expressivas da subjetivação, um reencantamento de outra natureza. Nesse sentido, os territórios existenciais se diversificariam e se heterogenizariam (Guattari, 2012).

Portanto, há uma aposta de Guattari de produção de novas subjetividades pela potencialidade enxergada na possibilidade de criação/invenção de “coordenadas mutantes”, “na aptidão desses processos de criação para se autoafirmar como fonte existencial”, “como máquina autopoietica”<sup>6</sup> (Guattari, 2012:121). O que se pretende é “desmanchar as significações coladas às percepções triviais e as opiniões impregnando os sentimentos comuns”, por meio de “blocos de sensações compostos pelas práticas estéticas aquém do oral, do escritural, do gestual, do postural, do plástico” (Guattari, 2012:104). Por isso, as fichas estão depositadas na “arte da performance”, que tornaria possível a “extração de perceptos e de afetos desterritorializados a partir de percepções e de estados de alma banais” (padronizados) para um estado de trânsito em “direção a formas radicalmente mutantes de subjetividade” - “subjetividade de amplidão” (Guattari, 2012:104). A “arte da performance” possibilitaria “uma fuga para frente nas maquinações e nas vias maquinicas desterritorializadas capazes de engendrar essas subjetividades mutantes”, posto que ela teria a capacidade “de levar ao extremo as implicações dessa extração de dimensões intensivas, atemporais, aespaciais, assignificantes a partir da teia semiótica da cotidianidade”, uma vez que ela teria a aptidão de nos evidenciar a “gênese do ser e das formas” antes que essas formas possam

---

5 Além desse, no seu quadro teórico analítico há os *Agenciamentos territorializados de enunciação* [no qual “a categoria de espaço encontra-se numa postura bem particular, que podemos qualificar de globalmente estetizada (...) extratos espaciais polifônicos (...)” (Guattari, 2012:118); território existencial relacionado ao “pertencimento do eu”, à “terra natal”, à “efusão cósmica”] e os *Agenciamentos maquinicos desterritorializados* [“cada esfera de valorização erige um pólo de referência transcendente autonomizado (...) a segmentação do movimento infinito de desterritorialização é, portanto, acompanhada por uma espécie de reterritorialização incorporal, por uma reificação imaterial”] (Guattari, 2012:118).

6 A máquina autopoietica de Guattari é elaborada com inspiração no conceito de *autopoiese* de Humberto Maturana e Francisco Varela, que se refere à autoprodução, característica básica de máquinas vivas. Conforme Guattari (2012), a dimensão essencial de uma autopoiese maquinica corresponde a uma emergência contínua de sentidos e de efeitos, a uma produção de efeito de sentido singular, indefinidamente reprodutível. “Esse núcleo autopoietico da máquina é o que faz com que ela escape à estrutura, diferenciando-a e dando-lhe seu valor” (2012:47).

tomar “seu lugar nas redundâncias dominantes como a dos estilos, das escolas, das tradições da modernidade“ (Guattari, 2012:104). Esse processo todo Guattari (2012) entende como um “descentramento estético dos pontos de vista”, como uma “multiplicação polifônica dos componentes de expressão”, que se dá com “uma desconstrução das estruturas e dos códigos em vigor” e com “um banho caósmico nas matérias de sensação”. Toda essa “processualidade maquínica” - assim denominada pois “há algo de artificial, de construído, de composto” - tornaria possível “uma recomposição, uma recriação, um enriquecimento do mundo”, “uma proliferação não apenas das formas mas das modalidades de ser” (Guattari, 2012:104).

Assim, o novo paradigma estético, como explicado por Guattari (2012), é colidente com os conceitos de cultura e de identidade cultural e vai numa perspectiva de análise muito distinta da tradição da filosofia e das ciências humanas. A cultura e as identidades culturais funcionariam como principais mecanismos/instrumentos do sistema de submissão dissimulado do Capitalismo Mundial Integrado. Esse funcionamento se daria por meio da segregação em esferas dos modos de semiotização, que, no entanto, no mundo real, não são universos setorizados. O que se estaria dissimulando é a forma como opera a produção de subjetividade capitalística, que produz subjetividades modelizadas, padronizadas. Nesse sentido, o que está em disputa são os processos de subjetivação e, por isso, Guattari afirma que a essência do lucro capitalista estaria na tomada de poder da subjetividade. A cultura, nessa análise, exerce a sujeição subjetiva, operando como modo de controle da subjetividade. Porém, sua atuação ocorre de forma dissimulada, por isso, uma cilada que nos impediria de pensar a realidade dos processos de singularização.

Além disso, os conceitos de cultura e identidade cultural têm forte contribuição da Antropologia, que ao renunciar a uma referência geral em relação à cultura branca, ocidental, masculina (etnocentrismo), acabou de alguma forma legitimando o que Guattari chamou de policentrismo cultural, que seria uma espécie de multiplicação do etnocentrismo. A lógica de operação desses conceitos difunde modos de representação da subjetividade que a reificam, congelando/aprisionando os significados e até mesmo os processos de significação. Nesse sentido, os traços culturais que identificam de modo específico grupos atribuindo-lhe identidade são essencializados. Esse modo de funcionamento não nos permite dar conta de que se trata de uma subjetividade fabricada, produzida de forma modelizada, padronizada. Por isso, Guattari afirma ser esse processo é dissimulado e uma cilada.

A perspectiva de análise de Guattari e Rolnik (2000) a respeito dos conceitos de cultura e identidade cultural, a partir de máquinas de produção de subjetividade capitalística em tensão com o desenvolvimento de modos de subjetivação singulares, é fecunda e promissora porque aponta para “uma fuga para frente nas maquinações e nas vias maquinaças desterritorializadas capazes de engendrar essas subjetividades mutantes”. Jogar nos processos de subjetivação singulares é apostar nas potencialidades e nas possibilidades do novo, de transformações.

Assim, no campo político de disputas simbólicas, tanto no cenário nacional quanto internacional, pode-se estabelecer conexões com a questão dos direitos humanos e da diversidade cultural e suas políticas. Ao se tomar esse discurso de produção, de novos modos de semiotização, pode-se jogar na produção de valores culturais (posto que mutantes, antropofágicos) em direção à construção de formas mais pacíficas de convivência de diferentes modos de existir. Esse deslocamento de perspectiva de análise destacaria a potencialidade do “vir a ser”, em contraposição a discursos - que têm sido recentemente acionados estrategicamente em diferentes arenas políticas - de preservação/proteção de tradições e de costumes de práticas ditas culturais, pretendidas e defendidas como imutáveis por segmentos da sociedade, que têm em comum, tanto no cenário nacional quanto internacional, um pensamento extremamente conservador. Esse discurso de proteção dos costumes, usado arditamente em espaços de embates e disputas políticas de valores, em muitos casos, têm sido geradores de conflitos, cujos limites beiram à eliminação do outro, do suposto diferente.

### **Referências Bibliográficas**

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 21ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2ª reimpressão, 2013.

\_\_\_\_\_. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2012.

\_\_\_\_\_. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GUATTARI, Félix. 1990. “A Subjetivação Subversiva”. *Teoria e Debate* 12: 60-64.

GUATTARI, Félix. 1991. “Em Defesa de uma Ética da Mídia”. São Paulo: *Folha de São Paulo (Multimídia)* 24 de Novembro.

MENEZES, Edson. O que é Cultura. Disponível em: <http://educultura-ifrj.blogspot.com.br/2014/04/tres-compreensoes-de-cultura-felix.html>, acesso em 06/12/2014.